



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

365

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO N.º 0000847-65.2010.8.17.0660 (0305396-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NIAMEZIO FERREIRA DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ARTIGO 121, § 2º, I E IV, DO CÓDIGO PENAL). TRIBUNAL DO JÚRI. NÃO ACOLHIMENTO DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. ACOLHIMENTO DA TESE ACUSATÓRIA QUE SE REVELOU MAIS VEROSSÍMEL. SOBERANIA DO VEREDICTO POPULAR. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE CONDENOU O APELANTE. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que não ocorre na espécie.
2. Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.
3. Recurso não provido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

366

ACÓRDÃO

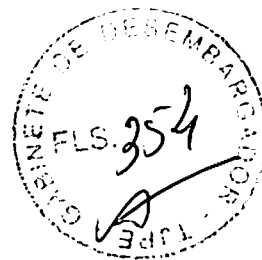
Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0305396-7 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça em negar provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 1^o de *Julho* de 2014.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO N.º 0000847-65.2010.8.17.0660 (0305396-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NIAMEZIO FERREIRA DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Niamézio Ferreira de Souza** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena de 14 (catorze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Consta na denúncia que no dia 15 de junho de 2009, por volta das 18:30h, na Rua do Bom Jesus, Malvinas, Ponta de Pedras, na cidade de Goiana, o apelante **Niamézio Ferreira de Souza**, vulgo "Gordo", juntamente com os denunciados "Preto" e **Roberto Guedes de Santana**, conhecido como "Betinho", utilizando-se de uma arma de fogo, efetuou vários disparos contra a vítima **Leandro Ernesto de Souza Serra**, conhecido como "Leo", ocasionando-lhe a morte, conforme perícia tanatoscópica coligida aos autos.

Narra a peça acusatória que os acusados "Gordo" e "Preto", numa motocicleta, o primeiro no "carona" e o segundo, como condutor, abordaram a vítima e, de surpresa, "Gordo" efetuou vários disparos contra esta que, sem chance de defesa, caiu sem vida.

Tem-se que o acusado "Preto" nutria inimizade contra a vítima devido a uma "briga de galo". A motocicleta, por sua vez, pertencia ao acusado "Betinho", que a forneceu para a empreitada criminoso.

Submetido a julgamento apenas o denunciado **Niamézio Ferreira de Souza**, que se encontra custodiado, o Juiz de primeiro grau, na sentença (fls. 298/298v), baseando-se na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



decisão proferida em plenário, aplicou ao apelante as penas do art. 121, § 2º, I e IV, do CP, fixando a pena-base em 14 anos de reclusão, a qual se tornou definitiva, ante a ausência de outras moduladoras, a ser cumprida em regime inicial fechado.

A defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 305/309), alegando que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, por não ter sido acolhida a tese de negativa de autoria, pugna pela submissão do réu a novo julgamento. Na hipótese de não ser dado provimento ao recurso, para fins de prequestionamento, pleiteia a manifestação expressa deste Tribunal acerca da ofensa ao princípio constitucional da soberania dos veredictos e ao sistema da íntima convicção dos jurados.

O representante do *Parquet*, em sede de contrarrazões (fls. 311/315), pugna pelo não provimento do apelo.

Nesse mesmo sentido, a Procuradoria de Justiça, em sede de parecer (fls. 321/332 e 349/351), opina pelo não provimento do recurso.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 14 de agosto de 2013


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

367

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO N.º 0000847-65.2010.8.17.0660 (0305396-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NIAMEZIO FERREIRA DE SOUZA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Trata-se de apelação criminal interposta por **Niamézio Ferreira de Souza** contra decisão oriunda do Tribunal do Júri, que o condenou à pena de 14 (catorze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, pela prática da infração prevista no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Como relatado, a defesa do acusado, em suas razões recursais (fls. 305/309), alegando que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, por não ter sido acolhida a tese de negativa de autoria, pugna pela submissão do réu a novo julgamento. Na hipótese de não ser dado provimento ao recurso, para fins de prequestionamento, pleiteia a manifestação expressa deste Tribunal acerca da ofensa ao princípio constitucional da soberania dos veredictos e ao sistema da íntima convicção dos jurados.

É cediço que a cassação do veredicto do Tribunal do Júri, com base no artigo 593, III, "d", do CPP, somente pode ocorrer quando a decisão for completamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando não houver qualquer elemento de convicção nos autos capaz de embasá-la, o que, seguramente, não ocorre na espécie.

368



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

De fato, da análise do conjunto probatório, tem-se que a materialidade e a autoria delitiva ficaram comprovadas, diante da perícia tanatoscópica (fl. 55) e da prova testemunhal coletada.

No caso *sub examine*, há uma versão de prova no sentido de que o apelante Niamenzio Ferreira de Souza, mais conhecido como "Gordo", na garupa da moto pilotada pelo comparsa conhecido como "Preto", efetuou os disparos contra a vítima Leandro Ernesto de Souza Serra, ocasionando-lhe a morte.

Embora o apelante negue o cometimento do crime (fl. 159), boa parte das testemunhas arroladas pelo *Parquet* afirma que os comentários na localidade sobre a autoria delitiva recaem, unicamente, sobre os acusados, conforme se verifica a seguir:

"que ouviu comentários de que quem assassinou o Leandro tinha sido o Gordo e/ou Preto; que ouviu comentários que eles estavam juntos em uma moto e que a moto era do Betinho" (Roberto Guedes do Nascimento, fl. 156/156v)

"que tomou conhecimento, por comentários, que a vítima foi assassinada por Preto e Gordo (...); que tomou conhecimento que os dois estavam em uma moto e que soube que a moto era de Betinho" (Douglas Augusto dos Santos, fls. 157/157v)

"que tomou conhecimento que a vítima havia sido assassinada nas proximidades da casa dele, nas Malvinas e que quem tinha assassinado tinha sido o Preto e o Gordo, com arma de fogo, salvo engano foram três tiros; que o comentário foi apenas de que Gordo e Preto assassinaram o Leandro Ernesto" (Rafaela Augusto de Santana, fls. 157v)

Impende registrar que é assegurado ao Tribunal do Júri o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, "c", da CF), de modo que, se no processo existirem elementos de prova verossímeis em mais de um sentido, podem os jurados optar por qualquer um deles, uma vez que julgam por íntima convicção, só sendo possível a anulação do seu julgamento quando representar visível afronta à prova dos autos, o que, seguramente, não ocorre.

Outro não é o entendimento do STJ, consoante o seguinte aresto, *in verbis*:

369



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

“EMENTA: HABEAS CORPUS. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. SOBERANIA DE VEREDICTOS. VERTENTES ALTERNATIVAS DA VERDADE DOS FATOS. PROVA. INDEMONSTRAÇÃO. ORDEM DENEGADA. 1. À instituição do júri, por força do que dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c", da Constituição da República, é assegurada a soberania de seus veredictos. 2. O artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal autoriza que, em sendo a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, ou seja, quando os jurados decidam arbitrariamente, dissociando-se de toda e qualquer evidência probatória, seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular. 3. Oferecidas aos jurados vertentes alternativas da verdade dos fatos, fundadas pelo conjunto da prova, mostra-se inadmissível que o Tribunal de Justiça, quer em sede de apelação, quer em sede de revisão criminal, desconstitua a opção do Tribunal do Júri - porque manifestamente contrária à prova dos autos - sufragando, para tanto, tese contrária. 4. Não basta, todavia, a evitar seja o réu submetido a novo julgamento pelo Tribunal Popular, a alegação simples da existência de vertentes alternativas da prova da verdade dos fatos, impondo-se que se demonstre objetivamente nos autos, particularizando as provas de que exsurge a versão outra que permitiu a convicção diversa dos jurados. 5. Ordem denegada.” (STJ. Sexta Turma. HC 58295/MS. Rel. Ministro Hamilton Carvalhido. Julgado em 29/04/2008)

Dessa forma, tendo o Conselho de Sentença decidido em consonância com a prova dos autos, inexistente motivo para a submissão do acusado a novo julgamento.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao apelo**, mantendo a sentença atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 1^o de *Julho* de 2014.

[Assinatura]
Des. Marco Antonio Cabral Maggi

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

370

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000847-65.2010.8.17.0660 (0305396-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NIAMÉZIO FERREIRA DE SOUZA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA FONTES

VOTO

Conforme o relatório do Exmo. Des. Marco Maggi, o apelante NIAMÉZIO FERREIRA DE SOUZA, vulgo "GORDO", pugna pela reforma da decisão proferida pelo Tribunal do Júri da Comarca de Goiana, que o condenou a pena de 14 anos de reclusão em razão da prática de homicídio, qualificado pelo motivo torpe e pelo uso de recurso que dificultou a defesa da vítima.

A alegação da defesa é a de que a prova não se coaduna com o veredicto do Conselho de Sentença, pelo que se impõe a anulação do julgamento, para que outro seja realizado. A título de prequestionamento, o apelante alega que houve ofensa ao princípio constitucional da soberania dos veredictos do Tribunal do Júri.

A análise da presente medida recursal é adstrita aos pontos indicados nas razões do inconformismo¹. Assim, passo a elencar alguns elementos probatórios que se coadunam com a decisão dos membros do Conselho de Sentença.

¹ Súmula 713 (STF): O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição

W

271

Constata-se, através do termo de audiência de fls. 156/160, que várias testemunhas afirmaram que tomaram conhecimento de que o apelante teve participação no assassinado da vítima Leandro Ernesto de Souza. Vejamos:

1) ROBERTO GUEDES DO NASCIMENTO, (...) *que não presenciou o fato ora apurado e afirma que conhecia a vítima destes autos e tomou conhecimento que a mesma havia sido assassinada; que ouviu comentários de que quem assassinou o Leandro tinha sido o Gordo e/ou o Preto; que ouviu comentários que eles estavam juntos em uma moto e que a moto era do Betinho; (...)que ouviu comentários de um desentendimento entre Leo e o Preto por uma briga de galo, sabendo dizer que Preto e Léu não se falavam (...)*".

2) DOUGLAS AUGUSTO DOS SANTOS: (...) *que não presenciou o fato ora apurado; que conhecia a vítima, sabendo dizer que ela foi assassinada (...); que tomou conhecimento, por comentários, que a vítima foi assassinada por PRETO e GORDO; que sabe dizer que ele foi assassinado por tiro de arma de fogo, não sabendo dizer quanto; que tomou conhecimento que os dois estavam em uma moto e que soube que a moto era do Betinho; que não sabe dizer que Betinho tem a moto apenas para uso ou aluga; que não tem conhecimento de nenhuma richa existentes entre a vítima e os denunciados aqui presentes; (...) que não ouviu nenhum comentário de ser outra pessoa de matado Leandro a não ser GORDO E PRETO (...) que afirmou perante o Delegado que ouviu comentários que o Gordo havia assassinado José Carlos do Nascimento, Thiago Galdino da Silva e Leu do Oião, irmão de José Carlos do Nascimento; que não se recorda nome de pessoas que fez este comentário (...)*

3) RAFAELA AUGUSTO DE SANTANA: (...) *que tomou conhecimento que Leandro havia sido assassinado com três tiros; que tomou conhecimento que a vítima havia sido assassinado nas proximidades da casa dele, nas Malvinas e que quem tinha assassinado tinha sido o PRETO E O GORDO, com arma de fogo, salvo engano foram três tiros; que o comentário foi apenas de que GORDO E PRETO assassinaram o Leandro Ernesto (...)que não sabe dizer nome de pessoas que comentaram ter sido as pessoas de PRETO E GORDO, mas sabe que a comunidade comenta; que não sabe dizer a hora em que ocorreu o assassinato mas era de cinco e meia para seis e meia; que não sabe dizer a placa da moto no entanto tomou conhecimento pelos policiais que a moto era de Betinho (...)*".

Os mencionados elementos da prova são compatíveis com o veredicto impugnado, de modo que não se pode falar em decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Neste caso, os jurados rejeitaram a tese de negativa de autoria defendida pelo apelante e optaram pela versão da acusação, que lhes pareceu mais plausível, de modo que a alegação de que houve decisão manifestamente contrária a prova não merece ser acolhida. Sobre o assunto, é uníssono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"EMENTA: CRIMINAL. RESP. JÚRI. CONDENÇÃO POR HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE NOVO JULGAMENTO. CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES A RESPEITO DO CRIME. RECURSO PROVIDO.

Não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos à decisão que, optando por uma das versões trazidas aos autos, não se encontra inteiramente divorciada da prova existente no processo. Precedentes. Recurso provido, para cassar o acórdão recorrido e determinar o restabelecimento da decisão proferida pelo Tribunal do Júri." (RECURSO ESPECIAL 2005/0215437-2, Relator: GILSON DIPP, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 12/09/2006).

"Opção dos jurados por uma das versões dos autos: STF – Júri – Veredictos – Soberania – A soberania dos veredictos dos Tribunais do Júri revela uma garantia constitucional – alínea c do inciso XXXVIII do art; 5º da CF. Optando o Conselho de Sentença opta por uma das versões existentes nos autos, aliás a mais crível e corroborada pelas palavras das testemunhas, inviável é o reconhecimento da nulidade do veredicto por decisão manifestamente contrária à prova dos autos." (in CPP Interpretado, J.F. Mirabete, 11ª ed. P.1491)

A alegação de que houve ofensa ao princípio da soberania dos veredictos do Tribunal do júri é demasiada impertinente, pois o Exmo. Magistrado Presidente do Tribunal do Júri da Comarca de Goiana, atendo à decisão dos Jurados, proferiu sentença condenatória imputando ao apelante a prática do crime tipificado no art. 121, §2º, I e VI, tudo em conformidade com a decisão do Conselho de Sentença.

343

Assim, em sintonia com o parecer da douta Procuradoria de
Justiça, voto pelo não provimento do apelo, para que a sentença ora
impugnada seja mantida em todos os seus termos.

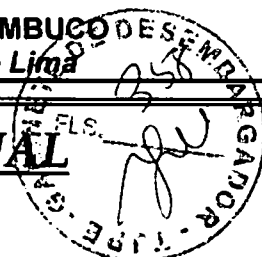
É como voto.

Recife, 21 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0000847-65.2010.8.17.0660 (0305396-7)

APELAÇÃO CRIMINAL

APELANTE: NIAMÉZIO FERREIRA DE SOUZA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ADRIANA FONTES

DESPACHO

Inclua-se em pauta.

Recife, 21 de agosto de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator